

Revisitando as “Jornadas de Junho” das “bolhas” ao “choque”: reverberações no campo dos feminismos

Daniela Dalbosco Dell’Aglio^{a*} 

^aUniversidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

Resumo: Este artigo tem como objetivo revisitar o percurso que emergiu a partir das “Jornadas de Junho” de 2013, no campo dos feminismos. O coletivo chamado “Putinhas Abortadeiras”, o qual se constituiu no campo de organização do Bloco de Lutas Pelo Transporte Público, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, após ter suas músicas viralizadas nas redes sociais, passou a sofrer ameaças virtuais, ao mesmo tempo que conquistou identificações e apoio. A partir de uma análise atualizada desse percurso, é possível perceber que o campo dos debates de gênero fez parte de um jogo de narrativas e desinformações promovido pelo campo conservador. Conclui-se que as redes sociais desempenharam um papel ambíguo, ao visibilizar a pauta de maneiras que podem ser consideradas negativas e positivas. Apesar das tentativas de deslegitimação dos feminismos, suas reverberações vão para além da virtualidade, pois se encontram nos laços políticos, do afeto, da proteção mútua e do cultivo das relações.

Palavras-chave: Jornadas de Junho, feminismos, viralização, redes sociais, gênero.

Introdução: para além da “causa” e “efeito”

Este artigo tem por objetivo revisitar alguns acontecimentos dos movimentos sociais que emergiram em junho de 2013, mais especificamente, aqueles que tinham como pauta questões de gênero, de sexualidade e dos feminismos no contexto da cidade de Porto Alegre/RS. A proposta é enxergar a partir de um “olhar atualizado” os acontecimentos daquele ano, a fim de provocar suas reverberações de modo amplo – as “Jornadas de Junho” tiveram como pauta principal, primeiramente, a redução dos preços das passagens de ônibus e o passe livre, porém será que apenas essa pauta estava, verdadeiramente, em questão? O que os encontros políticos trouxeram como possibilidades sociais?

É importante revisitar essas reverberações uma vez que, atualmente, é comum enxergarmos críticas aos movimentos de 2013, responsabilizando-os, inclusive, pelo aumento da visibilidade da direita (Neto, 2023). Aqui, não nos caberia olhar para os contextos políticos enquanto uma situação direta de “causa” e “efeito”, uma vez que existem tantos atravessamentos simultâneos que, por mais profunda que seja a análise, ela sempre parte do lugar em que se fala. Ou seja, uma análise que abrangeria os acontecimentos de forma “neutra” seria uma falácia, já que quem vivenciou de modo intenso aquele momento tem um lugar de onde partir e um olhar sobre os fatos. Ao mesmo tempo que sim, houve uma ascensão inegável da direita e da extrema direita – levando ao golpe contra a presidenta Dilma Rousseff em 2016

e à eleição de Jair Bolsonaro em 2018 –, que refletiu uma insatisfação com a política vigente. Porém, seria “justo” apontar as “Jornadas de Junho” enquanto “culpadas” sem considerar as reverberações sociais de outros campos – como este estudo propõe – dos debates de gênero, de sexualidade e dos feminismos?

Importante situar que este artigo parte de um lugar quem vivenciou as “Jornadas de Junho” de forma ativa, em Porto Alegre, não só de modo intensamente político, mas também de modo reflexivo, uma vez que essa temática já foi assunto no campo acadêmico, em artigos, trabalhos apresentados em congressos e dissertação de mestrado produzida naquele contexto. Este texto, por se tratar de uma revisitação no tempo, conta com cenas que tratam de memórias somadas a artigos e produções consultadas, parte da interação dos materiais disponíveis com as narrativas lembradas e/ou registradas. Portanto, trata-se de um ensaio teórico reflexivo, que tem como método o resgate temporal da lembrança, somado à revisão bibliográfica. Por uma questão de sigilo e orientação política, não caberia apontar, diretamente, o que a autora deste artigo fez nesse percurso. Até porque, entre as posições que o movimento defendia – de não haver lideranças –, temos que o protagonismo nunca seria individual, mas coletivo.

Além disso, a possibilidade de enxergar aspectos do que aconteceu há dez anos com um olhar reformulado é uma estratégia que envolve considerar seus efeitos com orgulho: foi produzida uma história que contribuiu não só em efeitos diretamente governamentais, mas com o estilo de vida daqueles que estavam presentes. Os debates feministas se tornaram mais presentes, tanto no meio

*Endereço para correspondência: danieladellaglio@gmail.com

universitário quanto popular e cotidiano. As participantes dos movimentos construíram seus caminhos a partir daquela experiência coletiva. As reuniões semanais, jovens morando em proximidade, encontros de debate, propostas políticas, encontros festivos, coletivos, grupos de amizades, trocas, tudo isso toca e mobiliza as relações contemporâneas e as subjetividades produzidas naquele contexto.

Essa é a beleza dos movimentos sociais, não podemos enxergá-los apenas enquanto atuantes em pautas específicas, ou analisar se essas pautas foram contempladas ou não. Como se deram os encontros de debates? Quais grupos se formaram? Quais relações? Quais afetos? Os movimentos sociais são pontos de encontro, de possibilidades múltiplas que potencializam acontecimentos que, de forma isolada, não seriam possíveis. As produções se dão a partir das relações.

Como desenho deste artigo, inicia-se contextualizando o cenário das “Jornadas de Junho”, levando ao acontecimento da formação de um coletivo feminista chamado “Putinhas Aborteiras”, na cidade de Porto Alegre. Esse coletivo, no ano seguinte, foi convidado para fazer uma performance em um canal de televisão estatal e regional, que viralizou/propagou rapidamente nas redes sociais. Essa rápida disseminação gerou ameaças e perseguições vindas da ala conservadora. Como se deu esse percurso de um grupo que tinha um impacto positivo onde circulava politicamente para uma grande visualização nacional? E quais as reflexões que podem ser feitas desse acontecimento uma década depois?

Revisitando as “Jornadas de Junho”

A fim de revisitar as “Jornadas de Junho”, é importante situá-las em um momento político no qual brotaram revoltas em diferentes lugares do mundo, com características que as aproximam e, também, com particularidades. A Primavera Árabe é tida como um marcador em que, a partir de janeiro de 2011, na Tunísia, no Egito e em outros países do Norte da África, como Marrocos, Argélia, Líbia, assim como em países do Oriente Médio, como Bahrein, Iêmen, Jordânia, Kuwait, Líbano e Omã, uma onda de protestos foi responsável por derrubar três ditaduras existentes há décadas na região, fazendo o uso, de forma constante, das redes sociais para a divulgação dos fatos, uma vez que não poderiam contar com a mídia tradicional. Lopes (2013) analisa esse fenômeno das redes sociais como uma forma de semear a palavra democrática e estabelecer um canal alternativo de notícias. A mídia, sobretudo a internacional, passou a utilizar as redes sociais como fonte, tanto para realizar a apuração dos fatos em primeira mão quanto na tentativa de furar os bloqueios, a censura e a contrainformação da mídia oficial.

Lopes (2013) entende que esse fenômeno contribui para o modelo de auto-organização da

sociedade e desconstrução do modelo institucionalizado. Essa característica está associada aos movimentos autônomos, que não fazem uso de uma mídia considerada hegemônica para divulgar suas ações. Esses movimentos se caracterizaram ainda pela participação de pessoas, em sua maioria, jovens. Os impactos foram grandes. Na Espanha, nos Estados Unidos, na Turquia e no Brasil pôde ser observada uma reverberação da energia de ocupar as ruas através de diferentes reivindicações e, também, pelo próprio estar, de fato, ocupando um espaço enquanto uma ação direta política.

Outras características que compõem esse momento foram a intensa violência dos policiais e a participação de pessoas anarquistas (“Balaklava”, 2014), ativistas autônomos(as), que não tinham ligação com organizações e partidos políticos. Na Turquia, em 2013, motivados(as) por um projeto de renovação urbana que contava com a demolição de um parque no centro de Istambul, ativistas transformaram o parque em um levante contrário ao governo democraticamente eleito em um regime totalmente autoritário – aí também observamos certa crise no sistema representativo, em que as eleições deixam de ser suficientes para que as pessoas tenham suas demandas ouvidas e respeitadas. Relatos a respeito desse momento contam que muitas das mulheres, que compunham ao menos a metade das pessoas presentes, organizaram-se dentro do movimento para intervir contra os gritos de guerra e pichações sexistas e homofóbicas vindas de outros manifestantes. As questões de gênero e sexualidade poderiam, assim, ser observadas dentro de outras reivindicações políticas (“Balaklava”, 2014).

Em 2013 diferentes movimentações políticas surgiram no Brasil, com características similares. O fenômeno ficou conhecido como “Jornadas de Junho”, a partir de diversas narrativas e análises sobre como ocorreu, é possível compreendê-las enquanto ondas de manifestações nas ruas com a reivindicação da redução do preço do transporte público e, também, do passe livre, primeiramente em Porto Alegre e posteriormente em outras cidades do Brasil. Esse movimento pode ter tido efeitos diretos nas diferentes localidades em que ocorreu, como a revogação do aumento, e até mesmo a diminuição do valor das passagens, mas, mais do que isso, as “Jornadas de Junho” foram um gatilho para a ampliação, rearticulação e, até mesmo, a construção de diversas lutas e movimentos políticos que compunham outros temas, como: ação direta, apoio mútuo, solidariedade, cooperação, horizontalidade, anticapitalismo e autogestão (Brancalone & De Bem, 2014).

As manifestações de “Junho de 2013” apareceram como uma novidade na cena pública brasileira e foram ganhando visibilidade na imprensa tradicional após diversas atrocidades da polícia e devido ao grande compartilhamento via redes sociais. Para Moreira e Santiago (2013), as manifestações constituíram-se em um grande acontecimento político devido à quantidade de pessoas que conseguiram juntar nas vias públicas,

levando às ruas mobilizações de massa só vistas no Brasil nas décadas de 1980 e início dos anos 1990, com o impeachment do presidente Fernando Collor de Melo. Outro aspecto importante de tais manifestações diz respeito à perplexidade dos representantes políticos institucionais, assim como os representantes da sociedade civil organizada, ante a efervescência dessas manifestações (Moreira & Santiago, 2013).

Os protestos, que levaram às ruas milhares de pessoas e centenas de agrupamentos políticos, tiveram como característica, segundo Moreira e Santiago (2013), a participação de cidadãos e cidadãs não necessariamente inseridos nos tradicionais movimentos sociais, e principalmente, a presença marcante da juventude, como estudantes universitários e secundaristas, e a utilização das redes sociais com via de compartilhamento e convite. Outros segmentos sociais também estavam presentes, em especial setores da Saúde, da Educação e da Segurança Pública, quilombolas, além de pessoas e grupos envolvidos com questões relacionadas à cidadania LGBTQIA+ e ao movimento feminista, bem como vozes a favor do aborto (Moreira & Santiago, 2013), compondo, assim, um campo multifacetário às formas de representação política.

A ocupação dos espaços públicos nos protestos e em outras atividades possibilitou que as ruas e praças fossem transformadas em lugares de discussão, influenciando a opinião pública e transformando-os em verdadeiras arenas para a participação política. As reivindicações, durante os protestos, eram, muitas delas, escritas em cartazes feitos à mão e gritos de guerra, o que demonstrava a diversidade de posições e pensamento sobre a realidade brasileira (Moreira & Santiago, 2013).

Um fato que merece destaque, relativo a esse momento político, diz respeito à reação da mídia: primeiramente, ausente, evitando o compartilhamento de informações e, posteriormente, após as manifestações tomarem grandes proporções, chamando os manifestantes de “vândalos” e “baderneiros”. Não havendo repercussão positiva dos espectadores em relação à opinião midiática, foi feita uma virada espetacular de opinião e a mídia hegemônica passou a apoiar as manifestações. Essa apropriação da mídia confundiu as pessoas que estavam ativas nos protestos. Uma vez que eventos dos protestos começaram a passar ao vivo em canais televisivos e as ações de “vandalismo” eram narradas, por um momento, aquilo tomou outro sentido. Surgiu um sentimento coletivo de que as formas e o método de protestar estavam reverberando em grande ibope nos canais de notícias. Moreira e Santiago (2013) ainda apontam que, além da “cooptação” da mídia, os governos procuraram desqualificar o movimento de protesto, mostrando sua incapacidade de dialogar com a sociedade de forma direta, revelando, de fato, a fragilidade da democracia brasileira.

Importante situar que essa visibilidade na imprensa tradicional gerou revolta em algumas localidades do Brasil, reverberando em “quebra-quebra” de carros das grandes emissoras – como em Goiânia e em São Paulo –, gerando ataques a repórteres, que foram expulsos de manifestações que cobriam (Campos, 2013; “Grupo destrói carros”, 2013). Devido à caracterização autônoma do movimento, em oposição à mídia tradicional, plataformas de redes sociais ganharam espaço durante as “Jornadas de Junho”, assim como em outros movimentos ao redor do mundo. O convite “Vem pra rua” rapidamente ecoou por todo o país, conforme apontam Ana Luisa Almeida, Raquel Barreto e Cristiano Cunha (2017), os quais compreendem que a população se apropriou desse chamado, ressignificando as causas das manifestações e suas insatisfações – já não era apenas devido aos preços das passagens. O debate tornou-se devido à ordem vigente de modo amplo, deslocando a discussão do campo da esquerda.

Em Porto Alegre, além do movimento em relação ao preço das passagens e ao passe livre, houve também manifestações contrárias aos cortes de árvores pela prefeitura (Oliveira, 2013) – o que se aproxima da temática também discutida na Tunísia. Esses protestos somados, compondo essas diversas características, acabaram levando à ocupação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre (Oliveira, Müller, Natusch & Forquim, 2013), que ocorreu por uma semana, entre os dias 10 e 18 de julho de 2013, organizada pelo Bloco de Lutas pelo Transporte Público. Os diversos manifestantes que vinham se ocupando da efervescência das manifestações políticas em suas diferentes causas, moraram e compartilharam suas vidas, suas tarefas e suas ações políticas em um mesmo espaço. Ou seja, se constituiu uma “zona autônoma temporária” (Bey, 2011) que possibilitou às pessoas envolvidas nos movimentos sociais a conviverem 24h por dia, de forma autogestionada.

Esse momento político foi identificado a partir de determinadas características: basear-se mais na cultura, na qualidade de vida, nos modos de vida; ser mais reivindicativo; articular-se através de redes sociais; focar em temáticas como defesa das culturas locais; reivindicar por ética na política, relações de gênero, raça, etnia e questões ambientais (Vanden, 2012). Esses movimentos se diferenciaram por não almejavam tomar o poder, não focarem no trabalho e na produção, tampouco serem organizados por partidos ou sindicatos, como aqueles que aconteceram nos anos do processo de redemocratização.

Outra característica das manifestações de 2013 é o fato de terem um caráter refratário ao Estado, uma recusa em relação às lideranças e aos mediadores políticos institucionais, como citado por Lara Facioli e Simone Gomes (2022). Justamente devido a essa “não-liderança”, o movimento foi acusado de ter relação com a construção de frases como “não me representa” ou “o povo unido não precisa de partido”

– as quais se relacionam com a ascensão da direita e do anti-partidarismo. Porém, a não presença de lideranças também instigou a construção de coletivos anarquistas naquele contexto no qual a forma de organização não dependeu, diretamente, de partidos políticos.

Segundo as autoras Facioli e Gomes (2022), esse “boom” da internet após 2010 e a popularização do acesso aos *smartphones* podem ser vistos enquanto elementos que constituem o ambiente de expansão de demandas, organização de pautas e congregação de audiências dos movimentos sociais. Ao mesmo tempo, a utilização das redes sociais cria um fenômeno que tem sido analisado como “bolhas digitais” (Ferrari, 2018). Esse fenômeno congrega opiniões e modos de ver o mundo de forma a, muitas vezes, não haver qualquer comunicação “fora” dela, ou seja, por quem pensa diferente. As bolhas digitais são relacionadas e incrementadas pelos algoritmos, como sugerem Lé, Anacleto e Ribeiro (2022), uma vez que constituem um espaço de identificação de um “perfil psíquico, social, econômico, político” (p. 31) dos usuários das redes. Os algoritmos detectam os interesses e enviam as informações consideradas relevantes para aquele público. Por um lado, é possível compartilhar com aqueles que pensam de modo parecido e construir certa “comunidade”. Por outro, pode criar uma sensação falaciosa de que “todos” pensam de modo similar – diferentemente do encontro presencial.

No entanto, como sugere Tarleton Gillespie (2018), não devemos cair numa análise simplista e falaciosa, uma vez que existem escolhas humanas e institucionais que estão por trás desses mecanismos. Carlos d'Andréa (2020) aponta que, de forma recorrente, o termo “algoritmo” é convocado para enfatizar a dimensão política das plataformas *on-line* de modo performativo. Ou seja, os algoritmos não agem “por si só”, mas a partir de um conjunto de ações em rede complexas que demandam uma profundidade específica metodológica de investigação. O autor entende que as plataformas são a ambiência em que os atores agem em busca de visibilidade e são necessários métodos específicos para investigar “internamente” os processos, investigação que este artigo não alcança, mas manifesta a relevância política e social de pesquisas que se dedicam aos mecanismos internos das plataformas digitais que fazem, portanto, parte do mundo contemporâneo.

Para Jorge Machado e Richard Miskolci (2019), “o fenômeno das bolhas de opinião” funciona como certos consensos que se digladiam, sendo um contexto mais propício a “expor diferenças, gerar atritos, incentivar respostas indignadas, apoios apaixonados ou mesmo rechaços baseados na projeção de preconceitos” (p. 960). Os perigos desse fenômeno se configuram ao colocar temas que poderiam ser considerados complexos numa esfera de simplicidade, em que todos se sentem aptos a julgar.

As manifestações e pautas que compunham a comunidade de organização do Bloco de Lutas

pelo Transporte Público, mesmo que não homogêneas, estavam em comum acordo para diversos assuntos – inclusive sobre a necessidade de se debater as questões de gênero e de feminismos, podendo haver contradições e eventuais conflitos. Quando essa comunidade foi “rompida” pelas manobras midiáticas e passou a ocorrer um “borramento” das pautas, consequentemente, abriu-se espaço para uma maior polarização. Aqui mora um perigo e um tema a ser explorado com o campo das questões de gênero, de sexualidade e dos feminismos. Por um momento, falar sobre esses assuntos parecia “óbvio”, isto é, era coerente e adequado explorar tais discussões na comunidade que compunha as organizações dos movimentos – mesmo que houvesse burburinhos e situações machistas internas. Quando foi rapidamente compartilhado para “fora” dela, se criou uma situação de choque e estranhamento social, associado à desinformação sobre o assunto.

Questões de gênero e feminismos: da “bolha” ao “choque”

As questões de gênero e de feminismos aparecem no campo das “Jornadas de Junho” em diversas esferas, demonstrando a visibilidade das demandas feministas no contexto das manifestações. Importante situar que o debate de gênero também se encontra interno ao campo do envolvimento político, havendo denúncias de violências de gênero, tanto de atitudes cotidianas (como interromper ou minimizar vozes de mulheres), quanto denúncias de relações tóxicas e violentas de casais participantes do movimento (Sarmiento, Reis, & Mendonça, 2017).

À medida que as redes sociais viabilizaram discussões que antes estavam restritas a grupos internos, os posicionamentos políticos passaram a alcançar um público mais amplo e diversificado. A rápida disseminação de informações nessas plataformas permitiu que as questões relacionadas a gênero e aos feminismos ultrapassassem as fronteiras dos grupos específicos e ganhassem visibilidade em âmbito público – o que resultou em duas frentes distintas.

Uma delas é a possibilidade de despertar debates e engajamento por parte de uma variedade de pessoas. Por outro lado, a exposição também traz desafios, uma vez que as redes sociais também podem atuar enquanto um espaço de disseminação de ódio e intolerância, e, ainda, como sugerem Lé, Anacleto e Ribeiro (2022), desinformação e propagação de *fake news*. Para os autores, esse fenômeno deve ser visto com atenção, uma vez que o grau extremo de desinformações pode trazer malefícios psíquicos e sociais, pois pode criar um distanciamento da realidade. Neste artigo, é apresentado um percurso que demonstra que a publicização proporcionada pelas redes sociais abriu caminho para conscientização e mobilização, ao mesmo tempo que expressou a perseguição e ódio à categoria “gênero” e aos feminismos.

Quando falamos dos machismos e práticas opressivas e violentas relacionadas ao gênero, internos ao movimento, Rayza Sarmiento et al. (2017), em pesquisa que realizou entrevistas com participantes das “Jornadas de Junho” de Minas Gerais, perceberam que houve opressão de gênero na própria performance de atos públicos, havendo relatos da reprodução de comportamentos desrespeitosos, como “sobreposição das falas das mulheres”, “tensões advindas da predominância de falas masculinas”, o que evidenciou “um machismo que existe nos meios. . . ditos libertários” (p. 112).

Em Belo Horizonte, assim como em Porto Alegre, também houve ocupação da Câmara de Vereadores, onde ocorreram casos de violência sexual contra as mulheres, o que ocasionou tensões dentro do movimento. Outro fator interno da ocupação que explicitou questões de desigualdade de gênero foi a divisão das tarefas dos integrantes: “quando tem atividade de cuidar das crianças, limpeza, cozinha, 80% são mulheres e 20% são homens e eles estão sempre nas discussões teóricas” (relato de uma entrevistada como citado em Sarmiento et. al., 2017, p.115).

Esses relatos demonstram que as questões de gênero e dos feminismos estavam sendo amplamente debatidas internamente. Havia a percepção de tratar-se de um tema que deveria ser explorado, justamente, por perceberem disparidades e hierarquias internas. Em Porto Alegre, ocorreu algo similar. As temáticas de gênero já eram exploradas internamente pelo Bloco de Lutas pelo Transporte Público. Na, já citada, ocupação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, ao dividir Grupos de Trabalho (GTs) responsáveis por determinadas ações, se constituiu o “GT de gênero”.

O “GT de gênero” foi responsável por construir um debate político sobre essa temática e agir na convivência diária. Era função desse GT, além de realizar debates amplos sobre o conceito e sobre a noção de relacionamentos, ser responsável por escrachar qualquer acontecimento machista/abusivo no próprio espaço. A partir desse GT, constituiu-se de forma organizada o grupo que se autointituiu “Putinhas Aborteiras”, o qual cantou a seguinte música – uma paródia da música *O Morro do Dendê (Rap das Armas)*, de Cidinho e Doca – ao longo da ocupação:

Papa papa papa passe livre já / Papa papa papa papa booom / Papa papa papa passe livre já / Papa papa papa papa spray / Eu tava bem de boa fazendo a revolução / Vandalizando banco e pichando o camburão / O protesto aumentou e a mídia capturou / Agora sou taxado de vândalo e opressora / É que esses pacifistas / Não entendem como é / Me chamam de minoria / Oportunista e de mané / Papa papa papa passe livre já / Papa papa papa papa booom / Papa papa papa passe livre já / Papa papa papa papa spray / Vem um cara pintada e outro com a flor na mão / Achando que é assim que se faz

revolução / Eles não sabem nada e defendem a pátria amada / Com a bandeira nacional a favor do capital / Mas aqui na frente autônoma eles não se criam não / O bagulho é combativo e a gente faz é na ação / Bandana na minha cara e molotov na minha mão / Lutando contra o Estado, contra a pátria e o patrão / Papa papa papapasse livre já / Papa papa papa papa booom / Papa papa papapasse livre já / Papa papa papa papa spray. (Putinhas Aborteiras, 2013a)

Essa música denuncia que os protestos foram capturados pela mídia e pelas pessoas “pacifistas”, as quais estavam defendendo a “pátria amada” com a “bandeira nacional”. Esse é um registro explícito do que estava acontecendo naquele momento. Porém, mesmo com a captura dos protestos por outras frentes, a música evidenciou que as manifestações seguiriam “contra o Estado, contra a pátria e o patrão”. Ou seja, reforça o aspecto autônomo e coletivo do movimento, que não dependia de lideranças. A música, mesmo que não falasse especificamente de questões de gênero, foi construída de forma coletiva por um grupo de mulheres que faziam parte do “GT de Gênero” na ocupação e debatiam esse assunto politicamente. Ainda, o nome do coletivo fazia uma provocação, diretamente, a termos polêmicos no campo do debate feminista.

O coletivo, portanto, tinha um teor sarcástico, tanto no nome, como no fato de parodiar músicas. Não se tratava de uma banda na qual as pessoas tocavam profissionalmente, mas denunciavam questões que acompanhavam no seu cotidiano político, com o tom de protesto e, ao mesmo tempo, diversão. Ainda, outra paródia – de *Glamurosa*, de Mc Marcinho – foi cantada pelo mesmo coletivo ao longo da ocupação, trazendo mais especificamente a temática de gênero e feminismos:

Feminista / Rainha do tanque / Tanque de guerra / Antidominante / Vem anarquizar / Assuma seu corpão / Gorda, magra, média / Não precisa ter padrão / Pra se conhecer melhor / Comece bem assim / Toque no seu corpo / E goze até o fim / Conheça o poder / Da masturbação / Não precisa de ninguém / Só você e sua mão / Pra desconstruir o gênero / Fale com as putinhas / Vem conscientizar / E libertar a bucetinha / Em matéria de aborto / A gente sabe bem / O corpo é da mulher / E a decisão também / Anarquista / Antifascista e punk / Contra o tipo / Da classe dominante / Se envolve, reivindica / Expulsa o machão / Cria resistência / Contra as formas de opressão / Sou anarquista doida / Pixadora e vida loka / Não vem com moralismo / Tu não vai calar minha boca / Vem vandalizar / Deixa de ser bundão / Se rolar prejuízo / É na conta do patrão / E quando rolar treta / Não vem homem se meter / As mina se organiza / E consegue resolver / Aprenda autodefesa / Saiba reagir / Combater a violência / Também começa por ti. (Putinhas Aborteiras, 2013b)

Como sugerem Fagundes e Santos (2019), a letra dessa música “Feminista” retrata a sexualidade feminina de modo a reforçar a necessidade das mulheres conhecerem seus próprios corpos e, ainda, dá o destaque para a crítica da criminalização do aborto. A música foi aplaudida no contexto da ocupação e, a partir disso, o coletivo passou a participar de shows e eventos culturais pela cidade, priorizando tocar em outras ocupações, em espaços públicos e gratuitos. Nessa intensidade de protestos e mensagens feministas, em 2014 o grupo foi convidado a participar do Radar, da TV Educativa do Rio Grande do Sul (TVE RS), um programa televisivo que costuma apresentar atrações musicais, agenda cultural local, notícias e entrevistas. Naquela ocasião, o programa seria sobre feminismo, e visava apresentar as músicas e divulgar a Marcha das Vadias de Porto Alegre¹.

Após a visibilidade do coletivo no campo da esquerda e como forma de divulgar a Marcha das Vadias, o coletivo Putinhas Aborteiras esteve na TVE/RS no dia 10 de abril de 2014. Conforme relatado por Fagundes e Santos (2019), na manhã da madrugada da exibição do programa, muitas opiniões se formaram sobre o fato. O vídeo, que havia sido disponibilizado no YouTube pela emissora, alcançou milhares de visualizações em poucas horas, sendo apagado em seguida. Porém, o mesmo vídeo foi compartilhado por outros canais, posteriormente, com o intuito de ofender o coletivo: “Essa participação gerou um vídeo na internet visando ridicularizar nossas pautas e posturas, em que foi inicialmente intitulado ‘Putinhas Aborteiras (vergonha alheia)’ e amplamente divulgado por pessoas e páginas de posicionamento conservador e machista” (Putinhas Aborteiras, 2015).

O que ocorreu com o vídeo foi o fenômeno da “viralização” nas redes sociais. Clarisse Fraga Zarvos (2018, p. 138) define “viralização” enquanto uma espécie de contágio, de contaminação de forças e de discursos. Isso porque a viralização não implica um encontro físico entre as pessoas, dependendo de outros mediadores, como “informações, imagens, vídeos, textos e reportagens divulgadas e compartilhadas em redes globais”. Para os autores contemporâneos do campo das redes digitais, Jenkins, Green e Ford (2014), a ideia de “viral” sugere que há uma transição entre hospedeiros sem a vontade de compartilhamento, portanto, sugerem o termo “propagação”, o qual pressupõe ser um processo intencional. Propagação, para os autores, é quando há um impacto que causa ações conscientes que transmitem informações, não sendo apenas uma questão

de popularidade instantânea, mas sim um fenômeno que reflete mudanças nas dinâmicas de comunicação e na maneira como as pessoas interagem e compartilham informações na era digital.

O vídeo viralizado e/ou propagado do coletivo Putinhas Aborteiras continha 1.631.334 visualizações até 2019 (Fagundes & Santos, 2019). Seria difícil contabilizar quantas visualizações o vídeo tem na atualidade, uma vez que diversas versões foram apagadas e repostadas, além das múltiplas mídias utilizadas para compartilhamento, como YouTube, WhatsApp, Facebook, Instagram e Twitter. Entende-se que ocorreu com o vídeo um processo de viralização – aqui utilizando o termo “êmico”, uma vez que é a expressão utilizada no cotidiano –, já que sua propagação se deu de forma acelerada sem a intenção real das “autoras”, mas sim realizada por páginas de posicionamento conservador e machista, conforme citado anteriormente.

A repercussão do vídeo reverberou em um choque do campo público, sendo relatado, inclusive, em um programa de rádio em que uma apresentadora se expressou: “eu não vou nem falar, eu vou soletrar: P-U-T-I-N-H-A-S” e “Estou chocadíssima!”. O vídeo gerou demissão de funcionários da emissora, virou pauta na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, em que foi protocolado um requerimento de moção de repúdio à emissora TVE-RS, notícia de jornais e meios de comunicação (Fagundes & Santos, 2019).

A partir disso, o coletivo foi alvo de ataques, surgindo outros vídeos em canais do YouTube com os áudios modificados de forma ofensiva. Em entrevista realizada por Fagundes e Santos (2019) com membras do coletivo, elas relatam que o vídeo ganhou muitas visualizações devido aos compartilhamentos realizados em grupos de caráter machista, como “orgulho hétero” e “só para macho”, reverberando em ameaças e uma situação de insegurança e vulnerabilidade.

Porém, por outro lado, a visibilidade do vídeo também gerou identificação e reconhecimento para quem encontrou sentido nas letras e na mensagem que estava sendo passada. O acontecimento de ampla divulgação do vídeo, portanto, teve um efeito também no cenário político feminista, uma vez que muitas pessoas procuraram o coletivo para informar-se e questionar-se a respeito de debates feministas, e, também, para pedir ajuda quando necessário. Com essa visibilidade, o nome “Putinhas Aborteiras” acabou se tornando referência a um grupo feminista com o qual era possível contar para diferentes tipos de demanda.

Considerações finais: o “choque” como estratégia?

Não há dúvidas que as “Jornadas de Junho” e os movimentos adjacentes “balançaram” e mudaram certas estruturas sociais e políticas, levantando pontos de debates que não estavam anteriormente

¹ A Marcha das Vadias também foi um movimento que atravessa de forma imbricada às Jornadas de Junho e a demais manifestações daquele contexto, fomentado e organizado através das redes sociais. A Marcha teve seu início devido ao “direito da mulher se comportar enquanto vadia” – buscando ressignificar, assim, o termo “vadia”. Tinha como característica ser um movimento autônomo no qual a organização não era fixa. A Marcha aconteceu na cidade de Porto Alegre e em outras cidades do Brasil e do mundo desde 2011. Desde lá, assumiu diferentes formatos e trajetos na cidade, bem como envolveu variados debates, sendo todos atravessados pelas pautas e discussões feministas (Dell'Aglio, 2016).

circulando de forma popular e cotidiana – assim como as questões de gênero e dos feminismos. Pode-se perceber que a amplificação dessas discussões nas redes sociais e sua subsequente visibilidade pública, levaram a uma conscientização mais ampla sobre a importância desses temas, ao mesmo tempo que despertou uma “ofensiva antigênero” (Junqueira, 2018) por parte da direita conservadora.

O conceito de “ofensiva antigênero”, Junqueira (2018) entende que consiste no conservadorismo sentir ameaçado os valores da “família” de um padrão considerado “tradicional”, tendo como reação a perseguição das temáticas envolvendo gênero e sexualidade pela classe política da direita nos últimos anos, inclusive, no campo das *fake news* e da desinformação. Maracci (2019) aponta que essa polêmica se reflete em outros debates adjacentes do mesmo campo, como em relação ao “kit gay” – que tomou centralidade na campanha eleitoral de 2018. As discussões em torno da construção de um material didático-pedagógico nas escolas, evidenciam a crise da “verdade” e reiteram essa oposição às discussões e estudos de temáticas de gênero e de sexualidade, “sistematizada sob o nome ‘ideologia de gênero’, que indica a suposta ameaça imposta a um padrão ideal e hegemônico de família” (Maracci, 2019, p. 9).

Uma similaridade de reação ocorreu com a viralização/propagação do vídeo das “Putinhas Aborteiras”, uma vez que aquilo que parecia estar em jogo no “choque” ocorrido foi o sentimento de “ameaça” dos valores da família. A moção de repúdio ao vídeo, organizada pelos vereadores de Porto Alegre, apontava se tratar de um vídeo “atentatório à moral e aos bons costumes e ofensivo à figura do Papa Francisco”, com “linguajar chulo, de baixo nível”² (como citado em Fagundes & Santos, 2019, p.118).

Por outro lado, nas palavras do coletivo “Putinhas Aborteiras” (2015), a estratégia do “choque” era vista como “um modo de produção de subjetividades, sejam elas atravessadas a movimentos em relação à produção do coletivo, ou também em relação em que somos peças na produção do que entendemos por feminismo hoje” (s.p.). Ou seja, o “choque” seria um enfrentamento para gerar efeitos políticos em relação ao Estado, como as mídias, as políticas públicas, ou nos atravessamentos do campo micropolítico. A intenção do “choque” não tinha como intuito a aprovação ou simpatia da sociedade, mas causar incômodo e desconforto, como citado pelo próprio grupo.

Desse modo, o “choque”, primeiramente, atuou enquanto uma estratégia do campo político, sem imaginar a grande viralização/propagação e o impacto social que geraria. Aqui não caberia apontar se esse “causar incômodo” ou desconforto é uma estratégia política eficaz ou, ainda, se trouxe reverberações relacionadas à ascensão da direita, mas sim evidenciar

que foi a estratégia possível naquele momento, talvez, inclusive, com certa “ingenuidade” acerca das possíveis consequências – inclusive no campo pessoal.

As perseguições reverberaram num campo de fortalecimento do coletivo. Mais do que “gritar” sobre o feminismo, cultivou-se relações de proteção entre aquelas que se sentiram nesse lugar vulnerável – o apoio mútuo. Mais do que um feminismo expresso pelas redes sociais, nesse período se cultivou as relações reais, o “olho no olho”, a compreensão das subjetividades afetadas de modo aprofundado. Os meios virtuais podem ter o “benefício” de tomar uma palavra e uma ideia de uma expressão de forma rápida, porém, ao mesmo tempo, podem impedir as relações reais, as quais podem ser verdadeiramente transformadoras.

Ainda, como consequência, Fagundes e Santos (2019) entendem que a viralização do vídeo provocou o que poderia ser veiculado em uma televisão pública, educativa e cultural, trazendo as temáticas como aborto, mulher feminista, mulher lésbica e outras, incitando a contrariedade dos setores conservadores. Essas são temáticas históricas do campo do movimento social, as quais foram “reacendidas” de modo público em conjunto com a visibilidade política das “Jornadas de Junho”. Ou seja, levantar lutas que se referem a questões do corpo, de gênero e de sexualidade, e tradicionalmente, se relacionam com o poder do Estado, com as políticas públicas, com as leis e com programas sociais, não deveria causar tanta indignação como ocorreu.

Conclui-se que as reverberações das “Jornadas de Junho” vão além de mudanças visíveis, uma vez que, como defendem Sarmiento et al. (2017), elas não terminaram em Junho daquele ano, mas continuam refletindo nos processos políticos seguintes. Para além de pautas governamentais, as consequências envolvem o aumento de uma geração de debates públicos e a rearticulação de coletivos políticos. Inclusive, em 2015 e 2016, houve no Brasil o movimento de ocupações das escolas da rede pública pelos secundaristas (manifestação à medida provisória (MP) nº 748/2016, conhecida como Reforma do Ensino Médio, sancionada pelo presidente Michel Temer), nos quais, segundo as autoras Ana Corrêa e Luísa Santos (2023), “a pauta de gênero ganhou destaque no movimento à medida que as meninas assumiram papéis de liderança em diferentes escolas e apareceram nos meios de comunicação, protagonizando atos públicos e até mesmo em situações de confronto direto com a Polícia Militar” (p. 3).

As autoras reforçam que houve, portanto, um protagonismo feminino nas ocupações, e que as estudantes adotaram ações diretas para combater a desigualdade de gênero, como em situações cotidianas de quem estava responsável pelas tarefas de cozinha e limpeza, de modo a questionar os estereótipos. Ainda podemos citar “Mulheres Unidas Contra o Bolsonaro”, em conjunto da #EleNão, em 2018, que levou milhares de pessoas às ruas; o debate em torno da violência doméstica

2 <http://www.monicaelapp.com.br/2014/05/mocao-de-repudio-tve-rs.html>

e da exploração do trabalho do cuidado no período pandêmico, em 2020 e 2021; a Lei n. 14.382/2022 que consolida o direito das pessoas trans de modificar o registro civil sem processo judicial; além dos já tradicionais debates como direitos reprodutivos. Percebe-se, portanto, que houve um aumento social e popular em relação aos debates envolvendo gênero e feminismos. O que antes poderia ser um tema exclusivamente de movimentos sociais, passou a ser um debate do cotidiano, estando presentes em escolas, universidades, periferias, entre outros contextos jovens, reverberando no aumento do debate público em relação a essas questões.

Conclui-se que é necessário, enquanto campo acadêmico, estar atento aos acontecimentos políticos, assim como nas dinâmicas contemporâneas que envolvem as mídias digitais, que reverberam no campo das subjetividades e, conseqüentemente, nas transformações da sociedade. Se hoje escrevemos e ocupamos espaços acadêmicos críticos e implicados, é porque em algum momento nos colocamos a refletir sobre o *status quo*, a questionar a hegemonia e a construir outras nuances que vão além das polarizações, compreendendo cada momento político como contingente e suscetível a transformações.

Revisiting “Jornadas de Junho” from “bubbles” to “shock”: reverberations in the field of feminisms

Abstract: This study aims to revisit a path that emerged from the 2013 “Jornadas de Junho” in the field of feminisms. The collective “Putinhas Abortadeiras,” which was constituted in the field of organization of *Bloco de Lutas pelo Transporte Público*, in Porto Alegre/RS – Brasil, after its songs went viral on social media, began to suffer virtual threats as it gained identifications and support. An updated analysis of this path shows that the field of gender debates belonged to a game of narratives and misinformation promoted by the conservative field. This study concluded that social networks played an ambiguous role by making the agenda visible in ways that can be considered negative and positive. Despite attempts to delegitimize feminisms, their reverberations exceed virtuality as they occur in political ties, affection, mutual protection, and the cultivation of relationships.

Keywords: Jornadas de junho, feminisms, viralization, social media, gender.

Revisiter les « Jornadas de Junho » de « bulles » au « choc » : réverbérations dans le champ des féminismes

Résumé : Cet article revisite la trajectoire issue du Mouvement protestataire de 2013 au Brésil, également connue comme les « Jornadas de Junho », dans le champ des féminismes. Après avoir viralisé ses chansons sur les réseaux sociaux, le collectif appelé « Putinhas Abortadeiras », qui s’est constitué dans le cadre de l’organisation du *Bloco de Lutas pelo Transporte Público* à Porto Alegre, a subi des menaces virtuels tout en gagnant des identifications et soutien. Une analyse à jour de ce parcours montre que le champ des débats a propos du genre faisait partie d’un jeu de récits et de désinformation promu par les conservateurs. Les réseaux sociaux ont joué un rôle ambigu, en rendant l’agenda visible d’une manière qui peut être vue de façon négative et positive. Malgré les tentatives de délégitimation des féminismes leurs répercussions dépassent la virtualité, puisqu’elles se retrouvent dans les liens politiques, l’affection, la protection mutuelle et la culture des relations.

Mots-clés : Jornadas de Junho, féminismes, viralisation, réseaux sociaux, genre.

Revisitando las Jornadas de Junio, de las “burbujas” al “choque”: reverberaciones en el campo del feminismo

Resumen: Este artículo tiene como objetivo visitar un camino que surgió de las Jornadas de Junio de 2013 en el campo del feminismo. El colectivo Putinhas Abortadeiras, que se constituyó en el ámbito de organización del *Bloco de Lutas pelo Transporte Público*, en Porto Alegre (Rio Grande do Sul, Brasil), luego de que sus canciones se viralizaron en las redes sociales, comenzó a sufrir amenazas virtuales, al mismo tiempo que ganaba identificaciones y apoyo. A partir de un análisis actualizado, es posible percibir que el campo de los debates de género formó parte de un juego de narrativas y desinformación promovido por el campo conservador. Se concluye que las redes sociales jugaron un papel ambiguo al visibilizar la agenda de manera negativa y positiva. A pesar de los intentos de deslegitimación del feminismo, sus repercusiones van más allá de la virtualidad, ya que encuentran los lazos políticos, el afecto, la protección mutua y el cultivo de relaciones.

Palabras clave: Jornadas de Junio, feminismos, viralización, redes sociales, género.

Referências

- Almeida, A. L. de C., Barreto, R. de O., & Cunha, C. D. (2017). As “Jornadas de Junho” e a ressignificação da campanha “Vem pra rua”. *Revista Extraprensa*, 11(1), 203-221. doi: 10.11606/extraprensa2017.137992
- Balaklava: um chamado à guerra nômade [Versão digital]. (2014). Facção Fictícia. Recuperado de <https://balaklava.noblogs.org/files/2014/06/Balaklava.PDF.pdf>
- Bey, H. (2011). *TAZ: zona autônoma temporária*. São Paulo, SP: Conrad.
- Brancaleone, C., & De Bem, D. (2014). *As rebeliões da tarifa e as jornadas de junho no Brasil*. Porto Alegre, RS: Deriva.
- Campos, E. (2013, 18 de junho). Manifestantes colocam fogo em carro de emissora de TV durante protesto em São Paulo. *Estado de Minas*. Recuperado de https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2013/06/18/interna_nacional,408239/manifestantes-colocam-fogo-em-carro-de-emissora-de-tv-durante-protesto-em-sao-paulo.shtml
- Corrêa, A. E. C., & Santos, L. S. (2023). A questão de gênero nas ocupações estudantis secundaristas: entre diálogos e escrachos. *Revista Angelus Novus*, 12(17), e189510. doi: 10.11606/issn.2179-5487.v12i17p189510
- d’Andréa, C. F. de B. (2020). *Pesquisando plataformas online: conceitos e métodos*. Recuperado de <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/32043>
- Dell’Aglío, D. D. (2016). *Marcha das vadias: Entre tensões, dissidências e rupturas nos feminismos contemporâneos*. [Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre].
- Facioli, L. R., & Gomes, S. S. R. (2022). O ativismo feminista online no Brasil: Aportes para uma agenda em construção. *Civitas: Revista De Ciências Sociais*, 22, e40496. doi: 10.15448/1984-7289.2022.1.40496
- Fagundes, M. D., & Santos, N. M. W. (2019). Que discursos e sujeitos são aceitáveis numa tv pública? A “viralização” do vídeo do “Putinhas Abortadeiras” no programa radar da TVE-RS. In N. M. W. Santos, N. P. da Silva & R. C. Oliveira (Orgs.), *Comunicação Pública no Brasil: desafios e perspectivas; memórias e depoimentos* (pp.103-126). Porto Alegre, RS: Fi.
- Ferrari, P. (2018). *Como sair das bolhas*. São Paulo, SP: EDUC/Fortaleza, CE: Armazém de Cultura.
- Gillespie, T. (2018). A relevância dos algoritmos. *Parágrafo*, 6(1), 95-121.
- Grupo destrói carros de reportagem durante protesto em Goiânia. (2013, 24 de junho). *G1 GO*. Recuperado de <https://g1.globo.com/goias/noticia/2013/06/grupo-destrui-carros-de-reportagem-durante-protesto-em-goiania.html>
- Jenkins, H., Green, J., & Ford, S. (2014). *Cultura da Conexão – Criando Valor e Significado por Meio da Mídia Propagável* (P. Arnaud, Trad.). São Paulo, SP: Aleph.
- Junqueira, R. D. (2018). A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Revista Psicologia Política*, 18(43), 449-502. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018003000004&lng=pt&tlng=pt.
- Lé, J. B., Anacleto, Ú. C., & Ribeiro, A. E. (2022). Saindo das bolhas de pós-verdade: ética da informação para fluência digital e combate às fake news. *Revista Linguagem em Foco*, 14(2), 29-48. Recuperado de <https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/9292.10.46230/2674-8266-14-9292>.
- Lopes, G. C. (2013). As redes sociais e os novos fluxos de agendamento: uma análise da cobertura da Al Jazeera sobre a Primavera Árabe. *Palavra Clave*, 16(3), 789-811. Recuperado de http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0122-82852013000300006&lng=en&tlng=pt.
- Machado, J., & Miskolci, R. (2019). Das jornadas de junho à cruzada moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira. *Sociologia & Antropologia*, 9(3), 945-970. doi: 10.1590/2238-38752019v9310.
- Maracci, J. G. (2019). *Reflexões sobre verdade e política: mapeando controvérsias do kit gay* [Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre].
- Moreira, O. de L., & Santiago, I. M. F. L. (2013). Vem prá rua: os protestos de junho. In C. M. Sousa e A. A. Souza (Eds.), *Jornadas de junho: repercussões e leituras*. Campina Grande, PB: EDUEPB.
- Neto, O. C. (2023). “A jornada do abismo”, *Focus Brasil*, 99, 6-14. Recuperado de https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2023/06/Focus_08Jun2023-1.pdf
- Oliveira, S. (2013, 28 de maio). Manifestantes realizam novo protesto contra corte de árvores em Porto Alegre. *Sul 21*. Recuperado de <https://portoimagem.wordpress.com/2013/05/28/manifestantes-realizam-novo-protesto-contracorte-de-arvores-em-porto-alegre/>
- Oliveira, S., Müller, I., Natusch, I., & Forquim, R. (2013). Câmara de Vereadores de Porto Alegre é ocupada por manifestantes. *Sul 21*. Recuperado de <http://www.sul21.com.br/jornal/camara-de-vereadores-de-porto-alegre-ocupada-por-manifestantes/>
- Putinhas Abortadeiras (2013a). Passe livre. Recuperado de: <https://putinhasabortadeiras.wordpress.com/2013/09/03/passe-livre/>
- Putinhas Abortadeiras (2013b). Feminista. Recuperado de: <https://putinhasabortadeiras.wordpress.com/2013/09/03/feminista/>
- Putinhas Abortadeiras (2015). Estou chocadíssima: prepara, o empoderamento da mulher os assusta! In *Anais II Seminário Internacional Desfazendo Gênero*. Salvador, BA.

- Sarmiento, R., Reis, S., & Mendonça, R. F. (2017). As jornadas de junho no Brasil e a questão de gênero: As idas e vindas das lutas por justiça. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 22, 93-128. doi: 10.1590/0103-335220172203.
- Vanden, H. E. (2012). Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST. *Revista Nera*, (14), 63–71. doi: 10.47946/rnera.v0i14.1381

Zarvos, C. F. (2018). *Narrativas da peste, poéticas e estéticas de contágio da Primavera Árabe às Jornadas de Junho* [Tese de Doutorado, Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro].

Recebido: 12/03/2024

Aprovado: 29/09/2024